



**ADOLESCENTES DO MEIO RURAL:
RISCOS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AUTOCUIDADO**

ADOLESCENTS OF RURAL AREA: RISKS, ENVIRONMENTAL
EDUCATION AND SELF-CAREADOLESCENTES DEL ÁREA RURAL: RIESGOS, EDUCACIÓN
AMBIENTAL Y AUTO-CUIDADO

*Lucimare Ferraz*¹
*Wanessa Fritsch*²
*Elisangela Argenta Zabnatta*³
*Maria Luíza B. Brum*⁴
*Lucineia Ferraz*⁵
*Carla Argenta*⁶

RESUMO: O ambiente de trabalho rural, pelo seu processo de trabalho, é promotor de agravos à saúde. Desse modo, realizou-se um estudo com o objetivo de promover a educação ambiental na perspectiva do autocuidado de adolescentes trabalhadores do meio rural. Trata-se de uma pesquisa-ação, desenvolvida com estudantes que frequentavam a 8ª série de uma escola pública do meio rural no município de Seara, SC. Os resultados obtidos mostram que os adolescentes percebem que há diferentes riscos ambientais no trabalho rural, destacando a presença de lesões graves a pequenos ferimentos ou agravos à saúde. Como considerações finais, destaca-se a importância da educação ambiental, por meio da pesquisa-ação, como forma de ampliar o autocuidado laboral dos adolescentes do meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental. Adolescente. Trabalho rural.

ABSTRACT: Rural work environment, due to its working process, is a promoter of health harms. Thus, this study was carried out aiming at promoting environmental education, regarding self-care of adolescents who work in rural areas. It is a research-action, developed with eighth graders from a Public School in a rural area of the Municipality of Seara, SC. The results showed that adolescents perceived that there are different environmental risks in rural work, highlighting the presence of serious lesions to small injuries or health harms. As a final consideration, the importance of environmental education is highlighted, through the research-action, in order to widen the labor self-care of adolescents who live in rural areas.

KEYWORDS: Environmental education. Adolescent. Rural work.

RESUMEN: El ambiente de trabajo rural, debido a su proceso de trabajo, es un promotor de daños a la salud. Por lo tanto, este estudio se llevó a cabo con el objetivo de promover la educación ambiental, en relación con el

¹ Docente-assistente na Universidade Estadual de Santa Catarina. Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo. Chapecó – SC – Brasil. E-mail: ferraz.lucimare@gmail.com

² Enfermeira. Seara – SC – Brasil. E-mail: wanessa.fritsch@gmail.com

³ Docente-assistente na Universidade Estadual de Santa Catarina. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Chapecó – SC – Brasil. E-mail: elisangela.zanatta@udesc.br

⁴ Docente-assistente na Universidade Estadual de Santa Catarina. Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Chapecó – SC – Brasil. E-mail: maria.brum@udesc.br

⁵ Docente-assistente na Universidade Estadual de Santa Catarina. Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Chapecó – SC – Brasil. E-mail: ferraz.breier@gmail.com

⁶ Docente-assistente na Universidade Estadual de Santa Catarina. Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Chapecó – SC – Brasil. E-mail: carla.argenta@udesc.br

Recebido em: 11/11/2014 - **Aceito em:** 17/11/2014

autocuidado de los adolescentes que trabajan en las zonas rurales. Se trata de una investigación-acción, desarrollado con estudiantes de octavo grado de una escuela pública en una zona rural del Municipio de Seara-SC. Los resultados mostraron que los adolescentes perciben que hay diferentes riesgos ambientales en el trabajo rural, destacando la presencia de lesiones graves a pequeñas lesiones o daños a la salud. Como consideración final, la importancia de la educación ambiental se pone de relieve, a través de la investigación-acción, con el fin de ampliar el auto-cuidado de la mano de obra de los adolescentes que viven en las zonas rurales.

PALABRAS CLAVE: Educación ambiental. Adolescente. Trabajo rural.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas houve muitas transformações e mudanças no mundo do trabalho na agricultura, no que se refere aos impactos socioambientais nas áreas de produção e na saúde dos trabalhadores rurais, que configuram-se como amplos e graves: pelo uso de insumos, como os agrotóxicos, que contaminam água, solo, ar, animais e alimentos; pelo plantio de variedades transgênicas de grãos de vários tipos; pelo desflorestamento de áreas que deveriam estar protegidas, acarretando erosão, assoreamento, enchentes, deslizamentos e secas locais e regionais, entre outras consequências (FREITAS, 2012).

Os trabalhadores rurais estão expostos a vários fatores de risco ambientais, visto que o labor na agricultura é realizado em locais sem abrigo, sujeitos às radiações ionizantes, aos agrotóxicos, medicamentos para uso veterinário e biológicos, à picada por animais peçonhentos, vírus e bactérias no cuidado de animais, além de fatores próprios da organização do trabalho, como longas jornadas, ciclos de trabalho intensivo relacionados às distintas fases de produção e de relações subalternas (DIAS, 2006).

Desse modo, muitos são os riscos a que os trabalhadores rurais estão expostos em decorrência de seu trabalho, que podem ser classificados em: físicos; biológicos, ergonômicos, psicossociais, mecânicos e de acidentes. Nesse contexto torna-se necessário uma ampliação de visão de mundo e uma maior compreensão das relações ecológicas relacionadas com as intervenções de saúde. As atividades profissionais e comportamentos estão interligados com os sistemas ecológicos da terra e estas, produzem efeitos sobre os ecossistemas locais e globais, assim como os componentes ambientais dos ecossistemas interagem com as populações humanas (LAUSTEN, 2006). Por isso, a saúde não pode ser compreendida separadamente do ambiente que a sustenta e das estruturas políticas e sociais que agem para promovê-la ou para enfraquecê-la. (JOHNSTON et al., 2005).

Com isso, considerando que o trabalhador rural é suscetível ao adoecimento por condições inadequadas de trabalho, torna-se imprescindível, “conhecer o ambiente rural e as condições de vida e saúde do trabalhador, tornando-o protagonista das reflexões acerca da saúde individual, coletiva e ambiental”, visando a “criação de ambientes sustentáveis e saudáveis” (MENEGAT; FONTANA, 2010, p. 57).

Nesse cenário expõe-se que na região oeste de Santa Catarina a agricultura é basicamente de base familiar, tendo como mão de obra os trabalhadores com idades entre 5 e 15 anos, a maioria trabalhando em atividades agropecuárias, de modo a auxiliar a família no trabalho e, conseqüentemente, na produção do próprio consumo. Considerando apenas as crianças de 5 a 9 anos, a taxa de prevalência do trabalho infantil rural é de aproximadamente 75%. Na região Sul mais da metade (52%) dos trabalhadores infantis estão no meio rural (KASSOUF; SANTOS, 2010). A prática na agricultura familiar geralmente se inicia na infância e se prolonga pela adolescência.

A prática da educação ambiental, pela crescente degradação dos recursos naturais e pelos problemas gerados à saúde da população, passa a ser um dever do setor da saúde, em que os profissionais, além de sua atuação tradicional no cuidado das pessoas, busquem uma visão mais ampla de saúde ambiental (MOTA, 2012).

Para viabilizar essa questão, o processo da educação ambiental necessita estar ancorado em uma metodologia que visa gerar soluções a partir da participação social. Nessa perspectiva, entende-se que a educação ambiental tem por finalidade a construção de valores, atitudes, conceitos, habilidades, normas, saberes e práticas partilhadas para a construção de um estilo de pensamento que contribua para a cidadania ambiental (Lima, 2013), bem como para o autocuidado humano.

Deste modo, esta pesquisa foi conduzida visando a atender os seguintes objetivos: conhecer a visão dos adolescentes sobre os riscos ambientais e os acidentes presentes no trabalho rural; instigar meios de enfrentamento às situações adversas à saúde para o desenvolvimento de ações e estratégias a fim de minimizar os fatores determinantes dos riscos do trabalho rural e promover a educação ambiental na perspectiva do autocuidado dos adolescentes do meio rural, por meio de uma pesquisa-ação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver este estudo optou-se pela modalidade da pesquisa-ação, tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação, ou do problema, estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011).

Neste estudo desenvolvemos as duas etapas propostas por Thiollent (2011): a primeira considerada exploratória, que consistiu em estabelecer um primeiro diagnóstico da situação e dos problemas prioritários que, na segunda etapa, foram abordados/trabalhados na ação, correspondendo às oficinas de educação ambiental. No total foram quatro encontros com o grupo de adolescentes, em que em um primeiro momento havia o diagnóstico e no segundo, a ação educativa.

O estudo foi realizado no ano de 2014 em uma escola pública do meio rural do município de Seara (com aproximadamente 18 mil habitantes), localizado no extremo oeste de Santa Catarina, com produção rural bastante influente na renda municipal. A escola atende em média 107 alunos, da comunidade local e vizinha, abrange o ensino da pré-escola até o fundamental. Participaram da pesquisa todos os 15 alunos do 8º ano do ensino fundamental.

No primeiro momento do estudo, houve o reconhecimento do grupo pesquisado, a apresentação do pesquisador que expôs aos adolescentes os objetivos e a metodologia do estudo, acordando com o grupo datas e etapas para a realização da pesquisa. Também foram solicitadas anuência e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos pais, bem como do Termo de Assentimento pelos adolescentes, para que pudessem participar da pesquisa. Os critérios de inclusão dos participantes do estudo foram: ter idade entre 12 e 18 anos (limite cronológico estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente), estar cursando o 8º ano do Ensino Fundamental na escola eleita como cenário da pesquisa.

Na primeira etapa da pesquisa (fase de diagnóstico) tinha-se por objetivo identificar os riscos presentes nas atividades laborais no meio rural. Para responder a esse objetivo foi entregue ao grupo de adolescentes, que se colocaram em duplas, imagens de territórios rurais,

impressos em folha A4. Por meio das imagens, os participantes deveriam identificar quais eram os riscos ambientais presentes naquela propriedade.

Após esse momento, foram lançadas ao grupo as seguintes questões: Quais são os acidentes mais frequentes no ambiente rural? Quais são os riscos ambientais presentes no meio rural? Por que acontecem os acidentes? De que forma preveni-los? As respostas foram escritas em tarjetas que receberam no início do encontro, conforme mostra a Figura 1.

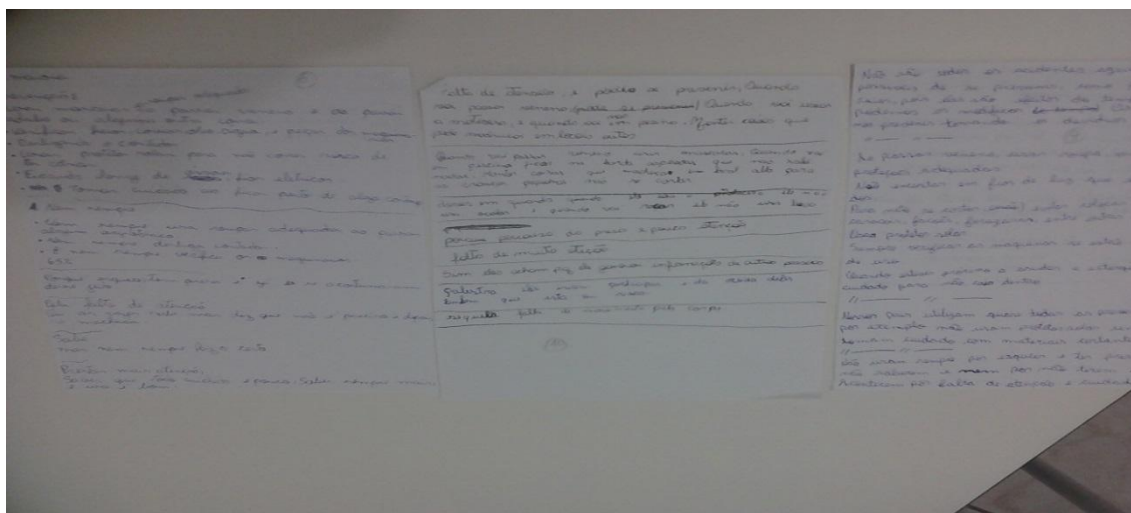


FIGURA 1 - Imagem das tarjetas utilizadas na fase exploratória com os adolescentes.

Nessa fase, foi dada ênfase às respostas aos questionamentos e debates, uma vez que o processamento das informações, o diagnóstico da situação investigada, foi ferramenta para o planejamento das ações de educação ambiental com os adolescentes, referentes à saúde do trabalhador rural. Desse modo, foram analisadas as menções dos adolescentes, retirando elementos fundamentais para guiar as ações da pesquisa.

Essa primeira etapa do processo de pesquisa-ação, tem grande importância porque conduz às fases subsequentes da pesquisa, dizendo respeito ao diagnóstico da situação e das necessidades dos participantes do estudo. Envolvem pesquisadores e os sujeitos pesquisados, tendo por objetivo, também, obter o comprometimento dos participantes e interessados (THIOLLENT, 2011).

As ações de educação foram realizadas desde o primeiro encontro. Após cada atividade proposta iniciava-se uma roda de conversa com os adolescentes não só como forma de socialização das respostas, mas também como uma maneira de promover a troca de

conhecimento entre os participantes e pesquisadores Ressalta-se que as mediadoras (pesquisadoras) reforçavam as respostas adequadas/positivas apresentadas e instigavam a (re)construção de um conhecimento mais amplo, por meio da elucidação de fatores de riscos no ambiente de trabalho rural que não haviam sido citados (demonstrado na figura 2). Estimulando assim, uma percepção mais aguçada dos riscos ambientais que até o momento eram minimizados ou invisíveis ao olhar dos adolescentes.



FIGURA 2 - Imagens dos debates entre/com os adolescentes nas oficinas de educação ambiental. Seara, Santa Catarina, 2014.

No segundo encontro foi abordado com os adolescentes as medidas gerais de prevenção de acidentes. Por meio de recurso multimídia, foram apresentadas algumas imagens comuns do dia a dia dos agricultores sem proteção e com riscos eminentes de injúrias, contrastando com atitudes seguras no trabalho.

Essa fase, da pesquisa-ação, engloba medidas práticas como difusão de resultados, definição de objetivos alcançáveis por meio de ações concretas, apresentação de propostas de ações-piloto que posteriormente, após avaliação, poderão ser assumidas pelos atores sem a atuação dos pesquisadores (THIOLLENT, 2011).

A fase de avaliação, com o objetivo de verificar se houve apropriação dos temas trabalhados pelos participantes do estudo, bem como se há necessidade de uma nova

abordagem, ou mudança nas estratégias educativas, foi contínua, ocorrendo em todas as atividades de educação em saúde, geralmente durante as rodas de conversa e ao final de cada encontro, por meio de dinâmicas com o grupo, possibilitando avaliar a compreensão da temática por parte dos participantes.

De acordo com Thiollent (2011), a avaliação apresenta dois objetivos principais: verificar os resultados das ações no contexto organizacional da pesquisa e suas consequências a curto e médio prazos, e extrair ensinamentos que serão úteis para continuar a experiência e aplicá-la em estudos futuros.

Todas as informações colhidas, tanto nas atividades educativas do grupo quanto das observações livres, foram analisadas pela técnica de análise de conteúdo, que consiste em interpretar os dados obtidos durante a investigação pelos seus conteúdos (MINAYO, 2010).

No que diz respeito aos aspectos éticos, foram enviados ofícios para a Secretaria Municipal de Saúde e de Educação de Seara, Santa Catarina, contendo os objetivos, metodologia e demais componentes da pesquisa, solicitando autorização e assinatura na declaração de ciência e concordância das instituições envolvidas para desenvolver o projeto. Este foi submetido ao Comitê da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e atendeu aos requisitos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado em 29/4/2014, número do parecer: 630.604.

Para os adolescentes participantes da pesquisa foram explicados os objetivos, metodologia e contribuições, sendo garantido a cada participante o seu anonimato e a possibilidade de abandonar a pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo de qualquer natureza. Também foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por um de seus pais ou responsável legal e a assinatura do Termo de Assentimento pelo adolescente. Todos os documentos foram assinados em duas vias, ficando uma cópia para a pesquisadora e a outra para pais ou responsável legal, e para o participante.

3 RESULTADOS

3.1 Riscos ambientais no meio rural

Na fase exploratória realizada com o grupo, buscou-se identificar os riscos ambientais no trabalho agrícola por meio de imagens de territórios rurais. Os participantes foram instigados a identificar os riscos ambientais a que o trabalhador rural está exposto durante a atividade laboral, sendo assim os agravos mais mencionados durante a atividade foram: quedas, acidentes com máquinas, queimaduras, cortes em manuseio com animais.

Sobre os riscos ambientais presente na agricultura, foi possível identificar que para os adolescentes alguns riscos são invisíveis ou desconsiderados. Uma vez que não mencionaram a radiação solar e uso de agrotóxicos como riscos à saúde. Destacaram, porém, os riscos de lesões graves, quando o dano corporal é visível e imediato, como nos casos em que se perde parte de um membro (dedo, mão) e fraturas ósseas. Situações em que o trabalhador rural precisa buscar um serviço de saúde para o cuidado e tratamento.

Após a exploração do conhecimento do grupo sobre os riscos, foi realizada ação educativa, em que o grupo dialogou a respeito dos riscos identificados por eles e, em seguida, os mediadores trabalharam os riscos ambientais que não haviam sido mencionados pelo grupo, como: intoxicação, radiação solar, poeira, gases, fumaça, risco ergonômico e ruído.

Ao final do encontro foram entregues novamente as imagens de território impressas em folha de A4, em que os adolescentes identificaram novamente os riscos presentes naqueles ambientes, repadronizando seus conceitos e ampliando o olhar sobre as exposições e riscos à saúde presentes na prática da agricultura, como fica evidenciado na Figura 3.

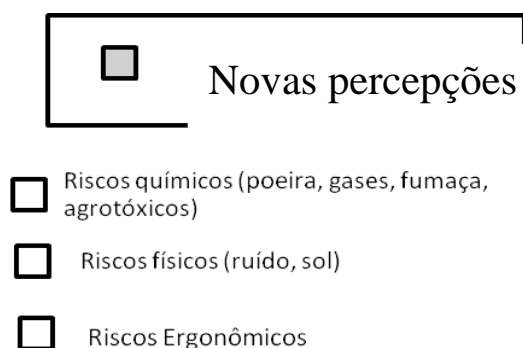


FIGURA 3 – Novas percepções sobre riscos ambientais na agricultura mencionados pelos adolescentes. Seara, Santa Catarina, 2014.

Observa-se que após a ação educativa houve uma exposição de novos riscos no meio rural, que não haviam sido citados na fase exploratória (momento anterior à ação educativa), evidenciando que houve uma ampliação da percepção dos adolescentes a respeito dos riscos que permeia a atividade na agricultura.

3.2 Acidentes no ambiente de trabalho rural

Ainda no primeiro encontro foi abordado o que são os acidentes segundo a ótica dos adolescentes. Pelos relatos, identificou-se que os acidentes são frequentes no ambiente rural, de tal modo que se torna parte do cotidiano do grupo pesquisado. Os adolescentes referiram que presenciam frequentemente acidentes na família. Porém, também nesse caso, os adolescentes mencionam os acidentes que geram lesões visíveis e graves, não citando os pequenos ferimentos, como cortes e hematomas, tampouco as doenças ocupacionais decorrentes de consequências do trabalho rural. A seguir, falas trazidas pelo grupo:

“Acidente é quando se corta ou quebra um osso” (♀ 12anos)

“Perder um membro ou ficar sem andar” (♂ 13 anos)

A partir dos depoimentos trazidos pelo grupo, foi trabalhado o conceito de doenças ocupacionais, profissionais e acidente de trabalho. Ao final da roda de conversa, foi possível identificar que os adolescentes aumentaram seu conhecimento quanto a esses temas, pois ao final do diálogo já verbalizavam os cortes, hematomas, intoxicações e picadas de animais como acidentes de trabalho, bem como as doenças de coluna, pulmonares e de pele.

Ao final do primeiro encontro, questionou-se o seguinte a cada um do grupo: “Por que, em sua opinião, ocorrem acidentes no ambiente de trabalho rural”? Essa indagação foi respondida em tarjetas por duplas de adolescentes, e apresentado no grande grupo. Podemos destacar que o grupo menciona diferentes formas de causas para os acidentes na agricultura e do porquê esses acontecem com frequência. Costatou-se que têm conhecimento sobre a temática, como podemos observar nestas menções:

“Não tomam [agricultores] os cuidados necessários” (♀ 14 anos)

“Falta de atenção e cuidado” (♂ 13 anos)

“Não utilizam [agricultores] equipamento porque é desconfortável, e acabam se machucando” (♂ 13 anos)

Em seguida foram realizadas rodas de conversa em que todos tiveram oportunidade de expor seu ponto de vista e debater sobre o autocuidado ocupacional que se deve ter na agricultura. Os mediadores sempre reforçavam as medidas adequadas e complementavam as fragilidades mencionadas, com a pretensão de promover a ação educativa. Ao final dessa roda de conversa, identificou-se que os adolescentes reconstruíam o conhecimento e consideravam as medidas preventivas citadas pelo grupo e pelos mediadores.

3.3 Ações de autocuidado

Considerando que os estudantes já haviam resignificado seus conceitos e percepções sobre os riscos no ambiente de trabalho rural, no último encontro, buscou-se trabalhar os meios de enfrentamento para a autonomia do autocuidado, almejando que possam tornar-se multiplicadores desses conhecimentos junto às suas famílias e comunidades. Nesse dia, antes da oficina educativa, realizou-se o seguinte questionamento: “de que forma poderiam ser prevenidos os acidentes e agravos à saúde no ambiente rural?”.

A partir das respostas e debates, identificou-se que os adolescentes têm conhecimentos sobre as medidas de proteção e prevenção das injúrias no ambiente de trabalho agrícola, como pode-se observar nas menções abaixo:

“Revisar o trator” (♂ 13 anos)

“Utilizar equipamento de segurança adequado” (♀ 14 anos)

Em seguida, foram mostradas imagens, por meio de multimídia, de trabalhadores rurais sem o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e expostos a riscos ambientais. Após esse momento, o grupo foi incitado a debater sobre as imagens, destacando elementos de exposição aos agravos à saúde e medidas para minimizar esses problemas. Durante o debate, os participantes, mesmo tendo conhecimento das medidas de prevenção, citaram que quando auxiliam seus pais nas atividades rurais não o fazem de forma segura, ou protetiva. Outrossim, mencionaram que seus pais sabem dos riscos do trabalho, mas

raramente fazem uso de medidas de proteção durante a atividade laboral. Dessa forma, foi debatido e enfatizado, em roda de conversa, a importância do uso dos EPIs e da adoção de medidas de proteção e prevenção de acidentes no ambiente de trabalho rural.

A seguir um quadro demonstrativo da visão do adolescente no primeiro e no segundo momentos da pesquisa, evidenciando que houve apropriação do conhecimento diante da temática trabalhada após as rodas de conversa e ações de educação ambiental.

QUADRO 1 - Apresentação das respostas no momento do diagnóstico e após as oficinas de educação ambiental para o trabalho rural, com os adolescentes de Seara-SC, 2014.

Temáticas	Síntese da fase diagnóstica	Síntese fase das ações educativas
Os riscos ambientais presentes na agricultura	Quedas Acidente com máquinas Queimadura, Acidente no manuseio de animais Corte	Agrotóxicos Radiação solar Poeira Gases Fumaça Risco ergonômico Ruído
Os acidentes mais frequentes no ambiente rural	Cortes Fraturas Amputação de membro	Os cortes Hematomas Intoxicações Picadas de animais Doenças relacionadas ao trabalho
Por que acontecem os acidentes	Falta de atenção e cuidado Não utilização de equipamento de proteção	Falta de orientação técnica para o uso correto dos equipamentos e manutenção das ferramentas de trabalho.
De que forma preveni-los	Revisar as máquinas Utilizar equipamento de segurança adequado	Buscar informações sobre o produto com os vendedores, ou no rótulo.

4 DISCUSSÃO

Sabe-se que o ambiente rural é propício a diversos riscos à saúde dos trabalhadores. Os fatores de risco e danos à saúde dos trabalhadores rurais devem ser compreendidos a partir das tecnologias utilizadas, à organização e divisão do trabalho, da inserção dos trabalhadores nos locais de trabalho e da ação técnica realizada (SILVA et al., 2005).

A sobrecarga de trabalho braçal no meio rural gera dores osteomusculares, e entre as doenças relacionadas ao trabalho, as mais frequentes são as Lesões por Esforços Repetitivos – LER e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT (BRASIL, 2013).

Essas, por certo, estão relacionadas aos riscos ergonômicos, que por sua vez estão presentes em todas as áreas da atividade agrícola. Para Michel (2009) os riscos ergonômicos mais evidentes que podem necessitar controle são as tarefas em posição inclinada, torção de tronco, levantamento de carga com o tronco inclinado, transporte de carga pesada com postura incorreta, transporte de peso excessivo manualmente, ajoelhar-se com frequência, trabalhar com os braços acima do nível dos ombros, movimentação de mãos e pulsos repetitivamente, e o trabalho com postura corporal muito estática.

Em proporções semelhantes, os riscos biológicos também estão presentes em toda forma de cultivo direto ou indireto, como a criação de animais, cultivo e adubação de terra. A exposição aos materiais biológicos ocorre no contato com materiais naturais ou orgânicos como argila, terra, material de origem vegetal (feno, palha, forragem, algodão), substâncias de origem animal (lã, pelo), poeira orgânica e água residual, sangue e outros fluidos corporais, fertilizantes de origem orgânica (MICHEL, 2009).

Já os impactos na saúde do trabalhador rural pelo uso intensivo de agrotóxicos, pesquisas comprovam intoxicações humanas (cânceres, malformações, doenças de pele, doenças respiratórias) decorrentes da contaminação com agrotóxicos e fertilizantes químicos da água, do ar, do solo (BRASIL, 2012). Derivados desses são os pesticidas, utilizados para o controle de insetos nas plantações, também incluídos no meio rural, na poeira advinda da terra, nos alimentos consumidos pelos agricultores, nos gases dos estábulos fechados, fossas e pocilgas. Os riscos químicos também se apresentam nos dejetos de animais (sulfato de hidrogênio, dióxido de carbono, amoníaco e metano) e silo (óxido de nitrogênio), não manuseio de máquinas motorizadas (monóxido de carbono), além dos ácidos e bases utilizados para limpeza e desinfecção (MICHEL, 2009).

Outro risco de relevância na área rural diz respeito à exposição à radiação solar na agricultura, a qual se dá por meio do trabalho ao ar livre, sob ação direta do sol, em temperaturas excessivas. Hayashide (2010, p. 97) salienta que “entre os riscos ocupacionais a que os trabalhadores rurais estão expostos destaca-se a exposição à radiação ultravioleta solar, que tem sido relacionada com alterações crônicas da pele, como as identificadas nesses pacientes”. A autora destaca ainda que “nenhuma legislação obriga o uso do protetor solar, mas seu uso pode ser indicado em áreas específicas da pele em que o equipamento de proteção individual (EPI) não possa em absoluto conferir a proteção desejada”.

Nesse cenário, incluem-se também os riscos de acidentes com maquinários agrícolas, os quais Monteiro e Albiero (2012) destacam algumas medidas gerais de segurança na prevenção de acidentes, entre elas: atenção redobrada em atividades desenvolvidas em terreno acidentado, utilizar a mesma marcha tanto no declive quanto no aclave; utilizar pesos na parte dianteira para evitar empinamento; evitar transporte de pessoas sobre o trator; realizar manutenção periódica; ler o manual de fábrica antes de utilizar a máquina.

Outros fatores de risco à saúde do trabalhador rural, e que não podem ser negligenciados são os ruídos, ocasionados pelos tratores e máquinas agrícolas, motosserras, criação de porcos. Também o risco de incêndio, geralmente ocasionados por uma desordem de origem elétrica, equipamentos de aquecimento, defeitos em máquinas e líquidos inflamáveis; e as vibrações osteomusculares geradas pela condução de tratores e máquinas agrícolas, motosserras, roçadeiras (MICHEL, 2009).

Para amenizá-los convém fazer uma avaliação e gerenciamento do risco, sendo necessário, primeiramente, ter informações básicas do processo produtivo (atividade laboral desenvolvida), ambiente físico e força de trabalho, para que a partir disso seja possível identificar os fatores de risco em que o trabalhador estará exposto. Na sequência, implementar ações de reorganização das formas de trabalho como: substituição de utensílios, treinamentos, redução do tempo de exposição e utilização de equipamento de proteção adequado para cada atividade. Essas intervenções devem ser executadas a partir da percepção de risco do trabalhador, sendo que devem sempre ser monitorizadas e avaliadas (BRASIL, 2004).

Contudo uma medida de segurança deverá ser aplicada/adotada se os riscos e seus fatores foram percebidos e compreendidos. Desse ponto, ressalta-se que a percepção de riscos no trabalho rural, muitas vezes minimizados e negados como perigo. Em consequência disso, o não desenvolvimento de estratégias defensivas individuais e coletivas pelos trabalhadores rurais, aspectos estes que encontram seus determinantes na organização do trabalho e na ação técnica voltada à extensão rural. (PERES; ROZEMBERG; LUCCA, 2005).

Segundo Menegat e Fontana, os trabalhadores rurais são sujeitos comprometidos com a terra, mas negligentes com o autocuidado (2010). Além disso, muitos trabalhadores não dispensam atenção necessária em relação aos cuidados com a própria saúde, menosprezando ou ignorando, muitas vezes, os riscos relacionados aos acidentes, por causa da convivência

cotidiana com ambiente insalubre ou de risco, diminuindo a percepção sobre a necessidade em adotar medidas preventivas para a sua própria segurança (DAMACENO et al., 2006).

De acordo com Gregolis, Pinto e Peres (2011) os agricultores não identificam os riscos de trabalhar com agrotóxicos como causas de doenças e acidentes, ou quando identificam negam esses riscos como forma de defesa psicológica já que, precisam utilizar desses produtos para aumentar a produtividade. No entanto, para Recena e Caldas (2008) os agricultores reconhecem a possibilidade de intoxicação após o uso inadequado de agrotóxicos no campo e seu impacto no meio ambiente, porém eles nem sempre transformam seus conhecimentos e suas experiências pessoais em atitudes e práticas seguras, como o uso adequado de EPI.

Peres (2012) coloca que os riscos são processos de construção social e como tal não podem ser dissociados da interpretação, identificação e percepção que os indivíduos ou grupos sociais envolvidos/afetados detêm dos mesmos. Sobre esse aspecto, Damaceno et al. (2006) expressam que o acidente, para cada profissional, está diretamente associado aos conceitos, valores, princípios de vida e conhecimentos do indivíduo sobre o assunto, ou seja, de acordo com sua percepção de contexto relacionado ao acidente. Portanto, as pessoas envolvidas nas avaliações de riscos deveriam ser capazes de levar em conta as crenças, desejos, temores, anseios e angústias daqueles que, de fato, vivenciam os perigos. Nessa conjectura, o desafio encontra-se na superação das barreiras impeditivas à interação dos saberes ditos populares e os ditos científicos (PERES, 2012).

No âmbito metodológico de (re)conhecer e intervir sobre os riscos ambientais nos processos de trabalho do agricultor, faz-se necessário adotar a concepção de que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para que cada indivíduo construa sua própria produção (FREIRE, 2009). Nessa lógica acredita-se que as ações de saúde ambiental de identificação e caracterização dos fatores de risco para a saúde e o ambiente, do planejamento ao desenvolvimento de ações de prevenção, promoção à saúde, controle sanitário e de preservação do meio ambiente devem ser pensadas e implementadas por saberes centralizados no contexto dos adolescentes do meio rural (MOTA, 2012).

Tendo como pressuposto que a educação ambiental com adolescentes visa propiciar a formação de um cidadão socialmente mais responsável e cooperativo, acredita-se que estes possam ser promotores da transformação social, participantes ativos e autônomos em ações de resolutividade e o impacto social. A educação em saúde, voltada para adolescentes e

jovens, deve favorecer a autonomia, a liberdade e a dignidade humanas, estimulando a reflexão e o posicionamento frente a relações sociais que dificultam ou facilitam assumir comportamentos saudáveis, ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento da curiosidade crítica, como sinal de atenção que é integrante da vida. Em síntese, tanto os adolescentes quanto o setor de saúde, são beneficiados pela educação ambiental, além da comunidade local e da sociedade como um todo (BRASIL, 2010).

A educação ambiental crítica, participativa e dialógica contribui para o desenvolvimento e efetivação da agricultura sustentável, bem como para a promoção da saúde dos trabalhadores envolvidos (GRAMSCI, 2011). Igualmente, trabalhar a educação no ambiente de trabalho rural nos traz diferentes formas de conhecimento marcantes entre os sujeitos, conhecimento científico, escolar, popular e empírico e o de senso comum, contribuindo assim para a construção do autocuidado (RÜCKERT, GAIA, 2014).

Mota (2012) observa que para promover saúde é necessário um ambiente sustentável, serviços de saneamento, condições de higiene, que dependem da educação ambiental da população; e quanto maior for o nível de educação ambiental da comunidade, mais eficaz serão as ações de preservação ou conservação dos recursos naturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa pode-se identificar, segundo a ótica dos adolescentes, que os riscos ambientais presentes nas atividades laborais no meio rural são diversos, gerando agravos à saúde dos trabalhadores rurais. O conhecimento quanto ao autocuidado no ambiente de trabalho apresentado pelos adolescentes mostrou-se significativo, pois o grupo demonstrou um bom entendimento técnico quanto a medidas seguras e adequadas durante a atividade rural, destacando a importância da utilização de equipamentos de proteção e a realização de revisão dos maquinários. Contudo, em algumas falas, pode-se observar que mesmo conhecendo as medidas de proteção, quando auxiliam seus pais em atividades rurais não aplicam tais medidas, assim como seus pais não executam suas atividades no ambiente de trabalho de forma segura.

A educação ambiental aos adolescentes do meio rural se fez extremamente importante, porque esses ao reconhecerem os riscos presentes no trabalho e as medidas de prevenção, por meio do conhecimento construído nas oficinas, além de desenvolverem o autocuidado se tornam potenciais multiplicadores desses saberes em sua família e

comunidade. Não se olvida que esses adolescentes estão em processo de afirmação, construindo seus valores, e que espaços para o diálogo devem ser proporcionados pelas escolas e serviços de saúde, visando prepará-los para o exercício da cidadania no quesito de seus direitos como [futuros] trabalhadores, rompendo assim o processo cultural de minimização e banalização dos riscos presentes no ambiente de trabalho rural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde: agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. pt.2. (Dossiê ABRASCO)

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Introdução à higiene ocupacional**. São Paulo, SP: FUNDACENTRO, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. 132 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. 48 p.

DAMACENO, Ariadna Pires et al. Acidentes ocupacionais com material biológico: a percepção do profissional acidentado. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, DF, v. 59, n. 1, p. 72-7, jan./fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000100014>. Acesso em: 09 maio 2014.

DIAS Elizabeth Costa. Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil. In: PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães (Org.). **A saúde do trabalhador rural**. Brasília: RENAST, 2006. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/11/saude-trabalhador-rural.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2009. 148 p.

FREITAS, Carlos Machado de; GARCIA, Eduardo Garcia. Trabalho, saúde e meio ambiente na agricultura. **Revista brasileira Saúde ocupacional**, São Paulo, SP, v.37, n.125, p. 12-16, jun. 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, SP: Civilização Brasileira, 2011. v.3

GREGOLIS Thais Blaya Leite; PINTO, Wagner de Jesus; PERES, Frederico. Percepção de riscos do uso de agrotóxicos por trabalhadores da agricultura familiar do município de Rio

Branco, AC. **Revista brasileira Saúde ocupacional**, São Paulo, SP, v.37, n.125, p. 99-113, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S030376572012000100013&script=sci_arttext> . Acesso em: 9 maio 2014.

HAYASHIDE, Juliana Midori et al. Doenças de pele entre trabalhadores rurais expostos a radiação solar: estudo integrado entre as áreas de Medicina do trabalho e Dermatologia. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, SP, v. 8, n. 2, p. 97-104, dez. 2010.

JOHNSTON Nancy et al. A Global and planetary health: teaching as if the future matters. **Nursing Education Perspective**, Washington, v.26, n.3, p.152-56, Sept, 2005.

KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: Evidências sobre o “paradoxo da riqueza”. **Revista Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 339-353, set. 2010.

LAUSTEN, Gary. Environment, ecosystems and ecological behavior: dialogue toward developing nursing ecological theory. **Advances in Nursing Science**, Storrs, v. 29, n.1, p. 43-54, Jan./Mar. 2006.

LIMA, Lucia Ceccato de. Modelo aberto de educação ambiental. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v.15, n.1, p.161-178, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/2934/pdf>>. Acesso em: 24 out. 2014

MENEGAT, Robriane Prosdocimi; FONTANA, Rosane Teresinha. Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. **Revista Ciência Cuidado Saúde**, Maringá, v.9, n.1, p.52-59, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/7810/5736>>. Acesso em: 9 maio 2014.

MICHEL, Osvaldo. **Saúde do trabalhador**: cenários e perspectivas numa conjuntura privatista. São Paulo, SP: LTr, 2009. 766 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde . 12. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2010. 407 p.

MONTEIRO, Leonardo de Almeida; ALBIERO, Daniel. **Operação e manutenção de tratores agrícolas**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Engenharia Agrícola, Área de Mecanização Agrícola, 2012. Disponível em: <<http://acidentestrator.files.wordpress.com/2012/10/apostila-de-operac3a7c3a3o-e-manutenc3a7c3a3o-de-tratores-agrc3adcolas.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2014.

MOTA S. Saúde ambiental. In: ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. **Epidemiologia & saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. p. 383-399.

PERES, Frederico. Biossegurança, saúde, ambiente e comunicação de riscos: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v.17, p. 294-297, fev. 2012.

PERES, Frederico; ROZEMBERG, Brani; LUCCA, Sérgio Roberto de. Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil: agrotóxicos, saúde e ambiente. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v.21, n.6, p.1836-1844, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n6/23.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2014.

RECENA, Maria Celina Piazz; CALDAS, Eloisa Dutra. Percepção de risco, atitudes e práticas no uso de agrotóxicos entre agricultores de Culturama, MS. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, SP, v.42, n. 2, p. 294-301, dez. 2008.

RÜCKERT, Bianca; GAIA, Marília Carla de Mello. Educação popular, saúde e segurança alimentar em áreas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **TEMPUS actas de saúde coletiva**, Brasília, DF, v. 8, n. 2, jun. 2014.

SILVA, Jandira Maciel da et al. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciência& Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v.10, n.4, p.891-903, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400013>. Acesso em: 16 maio 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

Como citar este documento:

FERRAZ, Lucimare et al. Adolescentes do meio rural: riscos, educação ambiental e autocuidado. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p.408-425, set./dez. 2014. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/6848>>. Acesso em: 23 dez. 2014.